

Ata da 37ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 06/06/2007, às 14h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

Membros Participantes:

1. Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia
3. Marta Maria Marques Magalhães – Ministério dos Transportes

Outros Participantes:

1. Branca Bastos Americano – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. César Nunes de Castro – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
3. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
4. Paula Bennati – Ministério do Meio Ambiente
5. João Luiz Tedeschi - Ministério de Minas e Energia
6. Paula Bennati - Ministério do Meio Ambiente
7. Larissa Schmidt – Ministério da Ciência e Tecnologia
8. Josana de Oliveira Lima – Ministério do Meio Ambiente
9. Samira Sana F. De Sousa - Ministério de Minas e Energia
10. Henryette Patrice Cruz – Ministério de Minas e Energia
11. Adriano Santhiago de oliveira – Ministério do Meio Ambiente
12. Paulo José Chiarelli – Ministério das Relações Exteriores
13. Luiz Eduardo Tinoco – Ministério do Meio Ambiente
14. Alberto de Freitas C. Fonseca – Ministério do Meio Ambiente

O Dr. Newton Paciornik, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas aos representantes dos ministérios.

Informou que o Ministro Sergio Rezende, o Secretário Luiz Antônio Barreto de Castro e o Secretário Executivo da CIMGC José Domingos Gonzalez Miguez não puderam comparecer à reunião.

1. Aprovação da Ata da 36ª reunião da Comissão Interministerial.

O Dr. Newton Paciornik indagou aos membros da Comissão se teriam algum comentário, correção ou supressão a fazerem na minuta de Ata da 36ª reunião da CIMGC.

O Dr. Adriano Oliveira, representante do MMA e a Dra. Laura Porto, representante do MME requereram correções de forma. Os itens apontados foram anotados pela Secretaria Executiva.

Não havendo outras sugestões Dr. Newton Paciornik, considerou a Ata da 36ª reunião aprovada com as correções apontadas.

2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.

Projetos em revisão cujos proponentes não apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

O Dr. Newton Paciornik informou que oito projetos não responderam ao ofício da CIMGC e portando permanecerão em revisão, são eles:

- 127 – Projeto Nobrecel de Energia de Biomassa
- 120 – Projeto de Cogeração com Bagaço Nova América Maracá
- 119 – Projeto de Cogeração com Bagaço Ruete (PCBR)
- 118 – Projeto de Cogeração com Bagaço Pioneiros
- 117 – Projeto de Cogeração Giasa II
- 110 – Projeto de Cogeração com Bagaço Goiás (PCBG)
- 147 – PCH Paraíso – Pequena Central Hidrelétrica

Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

Destacou que o projeto nº 159 (Projeto Sacre 2) encaminhou sua resposta com apenas um dia de antecedência, em discordância com a Resolução 05 e **não pode ser analisado**.

- 159 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Sacre 2 da Brasil Central Energia S.A.

O Dr. Newton Paciornik destacou que o projeto nº 160 (PCH Cooperativas RS) respondeu ao ofício, também em desconformidade com a resolução 05, porém com maior antecedência podendo assim, ser analisado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Indagou aos demais membros da CIMGC se haveria alguma objeção em proceder à análise deste projeto.

O Dr. Adriano Oliveira e a Dra. Laura Porto informaram que também puderam realizar a análise do projeto. Os demais membros da CIMGC não se opuseram em proceder com a análise.

O Dr. Newton Paciornik convidou o Sra. Branca Americano para apresentar a posição do Ministério da Ciência e Tecnologia.

A Dra. Branca Americano informou que se trata de um projeto MDL de “grande escala” que envolve a geração de energia elétrica em três pequenas centrais hidroelétricas. Destacou que, na opinião do MCT, todas as exigências levantadas foram respondidas pelo proponente do projeto, assim, sugere que o projeto possa ser aprovado.

Tanto do Dr. Adriano Oliveira quanto a Dra. Laura Porto posicionaram-se, também, quanto à aprovação do projeto. Os demais membros da CIMGC não se posicionaram e também não se opuseram com a proposta de aprovação.

A CIMGC deliberou pela **aprovação** do Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Sacre 2 da Brasil Central Energia S.A.

Projetos submetidos na 36ª reunião

➤ 179 – Projeto de energia eólica Icarai

O Dra. Branca Americano informou que é um projeto de energia eólica no Ceará que utiliza a metodologia ACM0002. Destacou que o projeto está com uma série de problemas estruturais do DCP, o Relatório de Validação faz referência a uma versão que não é final do DCP / PDD, não apresentou cartas convites aos atores regionais além de não terem sido apresentadas licenças ambientais. Assim, propõe que o projeto fique em revisão.

A Dra. Laura Porto levantou aspectos relacionados ao montante de energia elétrica exportado para a rede, que são discrepantes dos valores contratados pelo PROINFA. Informou ainda que por participar do PROINFA todos os cronogramas dos projetos foram revistos e deveriam ser compatibilizados com as outorga da ANEEL entre outros, assim, concordou com o posicionamento do MCT pela revisão do projeto. Ressaltou que este projeto faz parte do PROINFA e deveria ter sido apresentado pela Eletrobrás ou com a anuência dessa empresa.

O Dr. Newton Paciornik lembrou que a CIMGC já discutira em reuniões anteriores que não se posicionaria em assuntos relativos à titularidade dos RCEs. Acrescentou que não compete a CIMGC pedir anuência da Eletrobrás sobre projetos submetidos à CIMGC, ressaltando que os projetos submetidos à CIMGC são públicos e que a Eletrobrás pode interpor junto à comissão sempre que julgar apropriado.

A Dra. Laura Porto ressaltou a importância deste tema para o MME esclarecendo que a Eletrobrás entende que não seria necessário oficiar a CIMGC acerca da titularidade dos projetos relacionados ao PROINFA uma vez que a legislação estabelece de forma clara que a competência para a elaboração destes projetos é da Eletrobrás.

Entendendo que a Secretaria Executiva da CIMGC não poderia encaminhar ao proponente do projeto uma ressalva questionando especificamente a titularidade do projeto, a Dra. Laura Porto optou por abster-se da deliberação sobre este projeto.

O Dr. Adriano concordou com o posicionamento do MCT pela revisão do projeto, destacando que, no DCP/PDD, a potência das usinas é superior à informada nas Licenças Ambientais. Informou ainda que, segundo o DCP/PDD algumas unidades entraram em operação em dezembro de 2006, assim, será necessário a apresentação de Licença de Operação.

A CIMGC deliberou pela **revisão** do Projeto de energia eólica Icaraí, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Reapresentação do DCP/PDD para:
 - ✓ Explicar os impactos adversos do projeto evidenciados na tabela da seção D.1 do DCP, ou retirá-la, uma vez que se afirma que o órgão licenciador já aprovou as medidas mitigadoras necessárias.
 - ✓ Corrigir os totais da última tabela do Anexo 3.
 - ✓ Rever a planilha de análise de investimentos do Anexo 3, onde consta renda de MDL em 2007, ano em que o projeto ainda não gera créditos.
 - ✓ Confirmar se o proponente nacional do projeto é a SIIF do Brasil, como está no DCP e Anexo 1, ou a SIIF Énergies do Brasil Ltda., que assina as declarações.
 - ✓ Rever a tradução, para evitar erros do tipo:
 - Em várias informações e tabelas, a separação decimal e as casas de milhar encontram-se com a notação em inglês.
 - Partes do texto não traduzidas (p.e. Item B.7)
 - A tabela a da página 33 do DCP não existe no PDD.
 - “Low cost/must run resources” traduzido como “baixo custo/devem transcorrer com recursos”.
2. Reapresentação o Relatório de Validação, observando, além da conformidade entre as duas traduções:
 - ✓ Referenciar à versão correta do DCP/PDD, pois existe uma diferença das datas das versões.
 - ✓ Esclarecer se haverá uma outra revisão final do Relatório de Validação, como se afirma na tabela à página A-32.
3. Apresentar as cartas convites aos órgãos ambientais municipais, e à Prefeitura de Camocim.
4. Apresentação, como solicitado na Resolução N° 01 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, da declaração sobre o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão, do termo de compromisso do envio dos documentos de distribuição das unidades de redução certificada de emissões que vierem a ser emitidas e das cartas de conformidade da situação ambiental e trabalhista, com as assinaturas da Assessoria Ecológica. As assinaturas também devem vir acompanhadas de documentos que comprovem a legitimidade para tal ato, de acordo com Resolução N° 03 desta Comissão.
5. Esclarecer qual a razão social da empresa detentora dos direitos de propriedade dos parques eólicos. Apresentar evidências de que a SIIF Énergies do Brasil Ltda. é a mesma empresa que a SIIF do Brasil, proponente do projeto.
6. Apresentar a Licença de Instalação atualizada referente à planta eólica Foz Rio Choró (Beberibe), com a capacidade igual ou superior a 25,6 MW; e a Licença

de Instalação referente à planta eólica Paracuru, com a capacidade igual ou superior a 24 MW.

7. Apresentar cópias das Licenças de Operação das plantas eólicas de Paracuru e Foz do Rio Choro, cuja entrada em operação está prevista para 30 de dezembro de 2006, ou evidências dos procedimentos que estão sendo tomados no sentido de obter as licenças.
8. Indicação, de forma clara, do montante de energia elétrica gerada que será exportado para a rede, já que existe uma discrepância entre os valores apresentados no item B.7.1, pág 25 do DCP, e os contratos assinados pela SIIF do Brasil com a ELETROBRÁS no âmbito do PROINFA. De acordo com consulta à Sala de Monitoramento do PROINFA no MME, os empreendimentos foram selecionados para participar do PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e estabeleceram a venda da energia gerada por meio de CCVE – Contrato de Compra e Venda de Energia com a ELETROBRÁS, por um período de 20 anos, num total de potência contratada de 207 MW e energia contratada de 495.794 MWh/ano. Contudo, foi informado pelos proponentes que, no período de créditos, o Projeto pretende exportar para a rede a energia de 576.327 MWh/ano;
9. Apresentação do cronograma atualizado de implementação das obras. É necessária a adequação do cronograma de obras ao período de créditos solicitado.
10. Apresentação da autorização da ANEEL em conformidade com o apresentado na atividade de projeto no que se refere à propriedade dos empreendimentos; às capacidades instaladas; ao cronograma de implementação das obras; e ao nome da usina eólica Praia Formosa;
11. Esclarecer porque as potências dos empreendimentos apresentados no DCP/PDD são diferentes dos valores informados pela Sala de Monitoramento do PROINFA e dos atos autorizativos da ANEEL, os quais são: Icaraizinho – 54 MW; Paracuru: 23,4 MW; Foz do Rio Choro: 25,2 MW; e Praia Formosa: 104,4 MW;
12. Esclarecer no item referente à análise de barreiras porque o PROINFA é considerado como uma barreira à implantação de usinas eólicas sendo que o PROINFA é um Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, e deveria ser considerado como um incentivo e não como barreira;
13. Alteração do DCP no que se refere ao total da potência instalada. O DCP/PDD cita que a potência instalada brasileira é de 28.550 kW. Este dado deveria ser atualizado já que a potência instalada de energia eólica no Brasil atualmente é significativamente maior (237,3 MW);
14. Alteração do Anexo III. O documento apresenta informações que evidenciam a contribuição da atividade de projeto para o desenvolvimento sustentável brasileiro. Entretanto, alguns trechos estão incompletos e deveriam ser revistos para melhor compreensão do documento.

➤ **180 – Projeto de captura de queima de gás de aterro sanitário de Tijuquinhas da Proactiva**

A Dra. Branca Americano destacou que este projeto localiza-se em Santa Catarina e envolve a captura e queima de gás de aterro, utilizando a metodologia ACM-0001. Na opinião do MCT o projeto contribui com o desenvolvimento sustentável e poderia ser aprovado com duas ressalvas, uma relacionada ao licenciamento ambiental específico para a queima do biogás e outra relacionada ao fator de linha de base utilizado pelo projeto.

A Dra. Laura Porto concordou com o posicionamento do MCT pela aprovação com ressalva e acrescentou que gostaria que fosse esclarecido se o proponente do projeto têm titularidade da área onde está localizado o aterro.

O Dr. Adriano concordou com o posicionamento do MCT pela aprovação com ressalvas.

Os demais representantes dos ministérios não se posicionaram.

A Dra. Laura Porto destacou que seria interessante pensar em maneiras de incentivar a produção de energia elétrica nestes nos projetos de aterro sanitário. Ressaltou que existe potencialidade e esta seria uma fonte de energia descentralizada muito bem vinda para a rede elétrica.

O Dr. Newton Paciornik concordou com a propositura e acrescentou que também os projetos de suinocultura devem ser considerados uma vez que recuperam metano e têm grande potencialidade.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto de captura de queima de gás de aterro sanitário de Tijuquinhas da Proactiva, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Esclarecer e justificar a escolha do fator de ajuste de 10% como linha de base do empreendimento uma vez que os demais projetos desenvolvidos no Brasil que fizeram uso da metodologia ACM0001 foram aprovados utilizando um fator de ajuste para a linha de base de 20%.
2. Esclarecer a situação Licença Ambiental de Operação para a atividade específica do projeto, a saber, a queima dos gases de aterro.

➤ 181 – Projeto Complexo Energético fundão Santa Clara

A Dra. Branca Americano destacou que se trata de um projeto de geração de energia por hidroeletricidade que envolve duas PCHs e duas UHEs utilizando a metodologia ACM0002. Na opinião do MCT este projeto deveria ser aprovado com ressalvas, incorporando correções no DCP, o contrato social atestando a legitimidade do proponente do projeto para assinar os documentos e apresentar alguns esclarecimentos quanto ao Anexo III. Ressaltou que na opinião do MCT este projeto contribui para o desenvolvimento sustentável e que as alterações do Anexo III não são quanto à substância.

A Dra. Laura Porto concorda com o posicionamento do MCT, mas questiona se há algum problema no desenvolvimento de um projeto com PCHs e UHEs.

A Dra. Branca esclareceu que não problema algum. Lembrou que as metodologias de grande escala são aplicáveis a qualquer tipo de atividade de projeto e as de pequena escala, mais simplificadas, obedecem a critérios específicos de elegibilidade.

O Dr. Adriano destacou que a potência descrita no DCP/PDD é superior a informada nas Licenças Ambientais.

Os demais representantes dos ministérios não se posicionaram.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Projeto Complexo Energético fundão Santa Clara, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Reapresentação do Relatório de Validação, observando, além da conformidade entre as duas traduções:
 - ✓ A correção da informação de que, conforme o Item 2.1, as constatações de validação apresentadas no relatório referem-se “ao projeto descrito no DCP de 21 de julho de 2006”. A data em questão é referente à versão 1 do DCP e não à versão 3.
 - ✓ Incluir no Item 6, entre os documentos de referência, o DCP versão 3.
2. Apresentação das cartas convites às associações de Candói e Foz do Jordão.
3. Reapresentação do Anexo III, com informações objetivas sobre possíveis contribuições do projeto para capacitação e desenvolvimento tecnológico.
4. Apresentação, como solicitado na Resolução N° 03 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, dos documentos que comprovem a legitimidade para as assinaturas nas declarações enviadas.
5. Justificar a diferença de 2,2 MW na potência total instalada do Complexo Hidrelétrico evidenciada entre o Documento de Concepção do Projeto e as Licenças Ambientais.
6. Justificar ou adequar as potências das licenças ambientais das UHEs Santa Clara e Fundão com as autorizadas pela ANEEL.

➤ 182 – Urban/Araúna – Projeto de gás em aterro sanitário

A Dra. Branca informou que se trata de um aterro sanitário localizado em São José dos Campos, utiliza a metodologia ACM0001. As questões levantadas pelo MCT estão relacionadas à linha de base deste que foi estabelecida em 10% e não 20% como é usual neste tipo de projeto e também a incorporação da componente de geração de energia na ultima versão do DCP/PDD sem a devida atualização dos documentos e cálculos. A Dra. Branca informou que a posição do MCT foi pela aprovação com ressalva do projeto.

A Dra. Laura Porto acrescentou que o MME levantou duas ressalvas, uma relacionada ao licenciamento ambiental da atividade do projeto e a confirmação da titularidade da área onde está localizado o aterro.

O Dr. Adriano ressaltou que o proponente de projeto se comprometeu a requerer a licença ambiental específica assim, que a atividade de projeto for construída.

A CIMGC deliberou pela **aprovação com ressalvas** do Urban/Araúna – Projeto de gás em aterro sanitário, para o atendimento da seguinte exigência:

1. Esclarecer e justificar a escolha do fator de ajuste de 10% como linha de base do empreendimento uma vez que os demais projetos desenvolvidos no Brasil que fizeram uso da metodologia ACM0001 foram aprovados utilizando um fator de ajuste para a linha de base de 20%.
2. Com relação à versão anterior do PDD, este projeto sofreu alterações incluindo o componente de geração de energia elétrica para consumo próprio como uma nova componente. Tais alterações foram anotadas na versão em inglês (PDD), entretanto, a versão em português (DCP) não foi cuidadosamente atualizada. É necessário que uma revisão seja feita a fim de compatibilizar a versão em inglês (PDD) com a versão em português (DCP).
3. Adicionalmente no PDD / DCP a análise de investimento elaborada pelo proponente do projeto foi feita utilizando a premissa de que NÃO haveria a produção de energia elétrica no projeto, como pode ser observado no “Subpasso 2b – Opção I. Aplicação de análise de custo simples”. No entanto em outras partes do projeto a geração de eletricidade é considerada. Não existe coerência no tratamento dessa questão no PDD. Se a energia elétrica consta da atividade de projeto é importante que a análise econômica seja atualizada, a fim de considerar a produção de energia elétrica para consumo próprio como uma componente do projeto.

O Dr. Newton Paciornik informou que a Secretaria Executiva já recebera os pareceres encaminhados pelo Ministério do Meio Ambiente, faltando a confirmação do recebimento dos pareceres do Ministério das Minas e Energia. Pediu a Dra. Laura Porto celeridade no encaminhamento dos documentos a fim de permitir que os proponentes dos projetos sejam comunicados com a maior brevidade possível.

Novos projetos submetidos:

O Dr. Newton Paciornik informou que os projetos a seguir foram submetidos à CIMGC e deverão ser analisados durante a 38ª reunião da CIMGC.

- 183 – Projeto de troca de combustível em Caieiras
- 184 – Projeto de biomassa Roullier
- 185 – Projeto de pequena hidroelétrica Primavera
- 186 – Projeto de hidrelétrica Baruíto
- 187 – Projeto de pequena central hidroelétrica Saldanha
- 188 – Projeto de Pequena Central Hidrelétrica Salto Santo Antônio
- 189 – Projeto de Evitação de Metano no Tratamento de Efluentes da Irani

O Dr. Newton Parciornik destacou que os projetos a seguir foram submetidos à CIMGC após o prazo de cinco dias úteis estabelecido pela Resolução 05 da CIMGC. Questiona aos demais membros se haveria alguma objeção em também analisá-los durante a 38ª reunião da CIMGC.

Não houve objeção por parte dos membros da CIMGC e os projetos nºs 190 a 193 deverão ser analisados durante a 38ª reunião da CIMGC.

- 190 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Salto
- 191 – Projetos de Mitigação de GEE das Fazendas incluídas nos DCPs BR07-S-31
- 192 – Projetos de Mitigação de GEE das Fazendas incluídas nos DCPs BR07-S-34
- 193 – Projeto de Co-geração da Usina Interlagos

3. Outros Assuntos

3.1 Aprovação da Resolução n.º 6 da CIMGC

O Dr. Newton Parciornik informou que o objetivo da Resolução nº 6 foi incorporar à legislação brasileira a tradução da última versão do formulário do documento de concepção de projeto MDL.

A Dra. Laura Porto questionou se os fatores de emissão da rede elétrica brasileira publicados no site do MCT devem ser obrigatoriamente utilizados no desenvolvimento de novos projetos MDL.

O Dr. Newton Parciornik esclareceu que esta tem sido uma dúvida recorrente entre os desenvolvedores de projeto, mas que a utilização dos cálculos publicados pelo MCT, MME e ONS dos fatores de emissão da rede elétrica brasileira ainda não é obrigatória. Destacou que a Secretaria Executiva está submeter esta documentação para conhecimento do Conselho Executivo do MDL. Informou que na elaboração dos cálculos do fator de emissão da rede brasileira, foi aplicada a metodologia ACM0002 com algumas adaptações, tais adaptações deverão ser apreciadas pelo conselho executivo.

A Dra. Marta Magalhes, representante do Ministério dos Transportes informou que foi encaminhada à CIMGC uma carta da ONG “Preserve a Amazônia” questionando a implementação da BR 319. Questiona se outras informações relativas a esta questão foram encaminhadas à CIMGC.

O Dr. Newton Parciornik esclareceu que tal informação foi encaminhada para o Secretário Executivo da CIMGC por email, no dia da reunião e está sendo distribuído aos demais membros da CIMGC para conhecimento. Sugere que o assunto seja discutido durante a 38ª reunião da CIMGC.

O Dr. Adriano Oliveira e a Dra. Laura Porto informaram terem gostado do novo sistema de acesso à documentação implementado pela Secretaria Executiva.

A Dra. Laura Porto pede que seja feito um relato sobre a situação em que se encontra a negociação do MDL Programático.

A Dra. Branca Americano informou que já na próxima reunião do Conselho Executivo deverá ser aprovado o documento formal esclarecendo como deverão ser as regras do MDL Programático. Esclareceu que o que se pretende é aprovar um programa com MDL. Este programa deverá incluir apenas uma medida ou tecnologia que poderia ser replicada ao longo de seu prazo de validade (28 ou 30 anos). Não há a necessidade de definir, na fase inicial do programa, quais e quando serão implementadas as replicações. O monitoramento do MDL Programático será feito por amostragem. Avalia que projetos de eficiência energética e de transporte poderiam se beneficiar deste novo modelo.

O Dr. Adriano questionou se seria possível incluir atividades de projeto florestais no modelo do MDL Programático.

A Dra. Branca Americano não pode esclarecer com precisão se atividades florestais estarão incluídas no MDL Programático.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Dr. Newton Parciornik agradeceu a presença de todos os representantes dos ministérios e encerrou a reunião.